

# Desafios para a construção de uma cultura de paz

A presente contribuição deseja apenas enunciar três perguntas —deixando para posteriores estudos seu aprofundamento— que se impõem quando abordamos a temática da cultura de paz: O que entendemos por cultura de paz? Quais são os indicadores de sua efetivação? Quais são suas perspectivas de implementação em sociedades como as dos países latino-americanos?

O conceito de cultura de paz é hoje uma unanimidade entre nós, uma espécie de clamor universal, uma forma como a humanidade expressa sua idéia de bem. No entanto, é preciso se perguntar por sua precisão, sua visibilidade e sua perspectiva. A presente contribuição deseja apenas enunciar três perguntas —deixando para posteriores estudos seu aprofundamento— que se impõem quando abordamos a temática da cultura de paz: O que entendemos por cultura de paz? Quais são os indicadores de sua efetivação? Quais são suas perspectivas de implementação em sociedades como as dos países latino-americanos?

### O que entendemos por cultura de paz?

Trata-se de um conceito ainda muito novo. Se formos buscar sua gênese, teremos que remontar ao preâmbulo da constituição da Unesco, em 1946, e sua afirmação de que as mentes humanas constituem-se o lugar privilegiado de erguer “as defesas da paz”. Na mesma direção, contribuem as discussões trazidas pelo Congresso Internacional Sobre a Paz na Mente dos Homens —explicitação da intuição presente no documento de constituição—, realizado em Yamusukro, Costa do Marfim, em 1989, e o 1o Fórum Internacional de Cultura de Paz, em El Salvador, em 1994. Defendida amplamente pelo presidente da UNESCO na ocasião, o espanhol Frederico Mayor, a proposição da cultura de paz ganhou respaldo, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o Ano 2000 como Ano Internacional por uma Cultura de Paz<sup>1</sup> e a Década 2001-2010, como a Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo.<sup>2</sup> Em outubro de 1999, a mesma Assembléia Geral aprova a Declaração e Programa de Ação Sobre Cultura de Paz.

Podemos identificar três dimensões neste conceito de cultura de paz. Primeiramente, a expressão cultura de paz quer assinalar que a paz —e suas noções correlatas como violência e guerra— possui a marca do humano e insere-se no âmbito da cultura, mais do que da natureza. Talvez um dos maiores obstáculos para a construção de alternativas à violência seja a naturalização da violência e da guerra, ou então a própria naturalização da paz. Nossa própria linguagem parece contribuir para isso: dizemos que o vento ou o mar é violento, atribuindo uma expressão social para fenômenos naturais, ou quando usamos imagens do mundo natural para descrever a violência na sociedade, afirmando que ela é doença, surto, epidemia ou onda. Porém, podemos pensar a paz como Kant apontava em seu pequeno opúsculo *À paz perpétua* onde afirmava a necessidade de instaurar a paz, como fruto de uma decisão racional e de uma instituição jurídica: “a razão, de cima de seu trono do poder legislativo moralmente supremo, condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato”.<sup>3</sup> Na mesma perspectiva, porém quase cento e cinquenta anos depois, o filósofo espanhol Ortega y Gasset, às vésperas da segunda grande guerra, apresentou a paz como a invenção e exercício

Podemos identificar três dimensões neste conceito de cultura de paz. Primeiramente, a expressão cultura de paz quer assinalar que a paz —e suas noções correlatas como violência e guerra— possui a marca do humano e insere-se no âmbito da cultura, mais do que da natureza.

de toda uma série de novas técnicas, entre as quais, como primeira, uma nova técnica jurídica que possibilite descobrir princípios de equidade referentes às mudanças de divisão do poder sobre a terra.<sup>4</sup> Com categorias semelhantes, a antropóloga canadense Margaret Mead demonstrou que a guerra não constitui nem uma necessidade biológica, nem o resultado de certos tipos de formas sociais, num arranjo tal que sua abrangência ou historicidade não lhe tira o fato de ser uma invenção, arrancando da guerra e da violência sua fatalidade e sua inexorabilidade.<sup>5</sup> Em 1986, pesquisadores do mundo inteiro, convocados pela UNESCO, lançaram o Manifesto de Sevilha, assinalando claramente posição contrária a “certo número de presumidos descobrimentos biológicos que foram utilizados por pessoas, inclusive em nossos respectivos âmbitos, para justificar a violência e a guerra” e, afirmando explicitamente, “que a biologia não condena a humanidade à guerra”.<sup>6</sup> A consequência mais imediata desta desnaturalização da paz —e por consequência da violência e da guerra— foi a libertação de certo determinismo que parece se impor: se a violência é construída pelos humanos, não estamos nem condenados à ela, nem ela se constitui em uma fatalidade inexorável, de forma que a paz apresenta-se como um projeto a ser construído e assumido pela civilização.

Uma segunda dimensão que o conceito de cultura de paz parece apontar é para o seu aspecto sistêmico e estrutural que favorece, possibilita e mesmo impede determinadas interações, seja no que diz respeito aos macroprocessos da sociedade, como também em relação aos microprocessos sociais. Falar em cultura de paz é evocar um conjunto de representações que constituem a vida de um povo e que interage com as formas de vida econômica, social, política, como, por exemplo, os modelos de desenvolvimento; os modelos educacionais e culturais; os modelos de relações, tanto entre os povos como entre as pessoas; o papel e o lugar da não-violência e do diálogo na resolução dos problemas humanos.

Fazendo uma comparação com uma construção onde o arranjo do edifício favorece algumas interações e torna outras difícil ou impossível, o professor norueguês Magnus Haavelsrud lembra que “uma estrutura para a paz pode ser uma estrutura que favoreça os valores da paz, tanto aqueles que incrementam a paz negativa (ausência de violência direta) como aqueles que desenvolvem a paz negativa (justiça social)”.<sup>7</sup> Por outro lado, Haavelsrud supõe que as estruturas estabelecidas através de interações podem ser mantidas ou transformadas por novas interações, de forma que uma estrutura não favorável à paz pode ser mudada por novas interações, da mesma forma que interações de paz podem acontecer em uma estrutura não favorável a ela. É o conceito de paz como interação, exemplificado pelo autor através do sindicato polonês Solidariiedade, ou a luta pela independência da Índia tal como empreendida por Gandhi. Nesta acepção, o conceito de cultura de paz permite-nos superar a tentação sempre presente do voluntarismo e do individualismo de cada um fazer apenas a sua parte, para pensar estruturas e interações sociais.

Finalmente, uma terceira dimensão carregada pelo próprio conceito de cultura de paz reside no seu aspecto histórico e social, entendida como um processo em ação, muito mais do que uma meta ou um fim a ser alcançado. Para Haavelsrud está-se testemunhando um movimento de libertação protagonizado pelas mulheres, as minorias étnicas, os grupos que sofreram violações de direitos humanos, a classe trabalhadora e os pobres de todo mundo, que, se continuado, envolverá mais e mais pessoas, confrontando as estruturas de paz com as estruturas de violência.<sup>8</sup> Também a socióloga Elise Boulding, em seu livro *Culturas de paz: o lado escondido da história*, embora reconheça que o processo da guerra não pode ser facilmente mudado, concede que as mudanças virão com o reconhecimento do atual processo de paz em vigor em toda sociedade e com a profunda consciência do sucesso

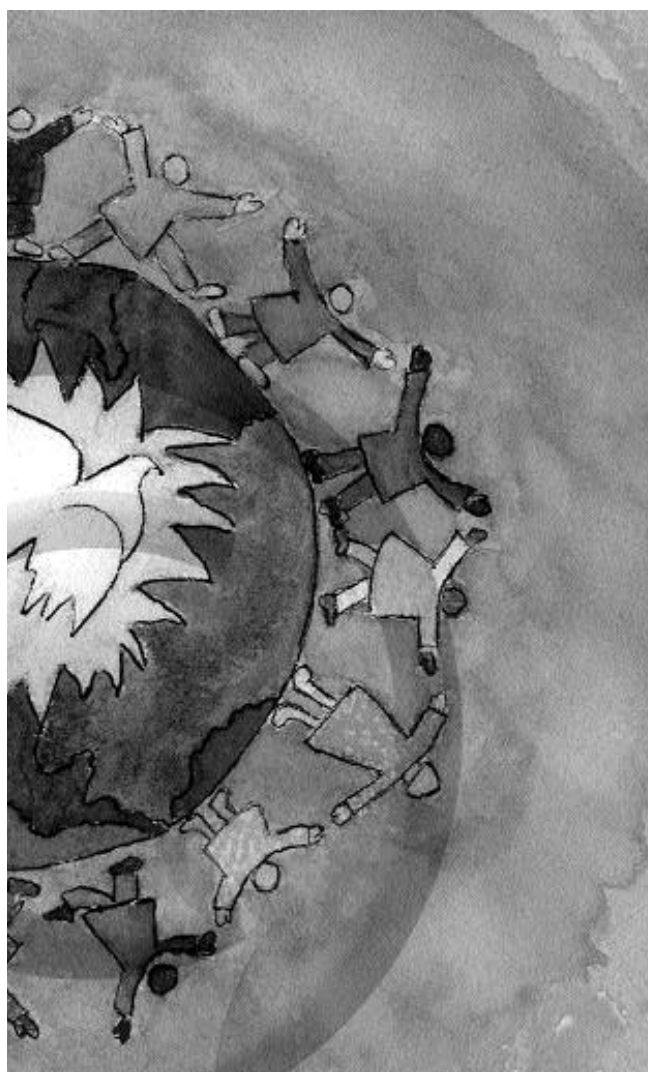
Uma segunda dimensão que o conceito de cultura de paz parece apontar é para o seu aspecto sistêmico e estrutural que favorece, possibilita e mesmo impede determinadas interações, seja no que diz respeito aos macroprocessos da sociedade, como também em relação aos microprocessos sociais.

de resolver conflitos e evitar guerra. Para ela, a cultura de paz tem sido “uma cultura escondida, guardada viva nas rachaduras de uma sociedade violenta”.<sup>9</sup> O que Boulding deseja evidenciar é a emergência de idéias, processos sociais, ferramentas e mecanismos institucionais que fazem de nosso tempo um ponto de transição decisivo.<sup>10</sup> Este aspecto da cultura de paz como algo palpável, possível de ser resgatado e visibilizado, ajuda-nos a compreender o conceito para além de idealismos e romantismos, como uma paz possível, inscrita historicamente no horizonte humano.

Estes três aspectos —a cultura de paz como algo forjado pelo humano, como uma estrutura social e possível mesmo de ser visibilizada— contribuem para que este conceito tenha tanta repercussão na sociedade contem-



Finalmente, uma terceira dimensão carregada pelo próprio conceito de cultura de paz reside no seu aspecto histórico e social, entendida como um processo em ação, muito mais do que uma meta ou um fim a ser alcançado.



porânea. Segundo a jornalista e militante francesa Arielle Denis, a noção de cultura de paz, embora recente, encontra uma grande acolhida devido a uma série de fatores:

Trata-se, primeiro, de um conceito capaz de ressonâncias em todas as culturas humanas. Ele questiona, também, os comportamentos de cada um e de todos —indivíduos, operadores privados, instituições e coletividades—, pois aproxima a paz de um conjunto de valores e comportamentos. Enfim, a cultura de paz se apresenta como uma construção à longo prazo, na qual cada um pode participar levando em consideração as estratégias peculiares de cada sociedade, ou de cada grupo humano. Ela não faz distinção entre o que diz respeito à humanidade na sua globalidade e o que diz respeito a tal ou tal parte, mesmo que seja modesta. Filha de um desenvolvimento econômico e social endógeno e equitativo, ela deve relegar ao segundo plano as frustrações e rivalidades, e fazer prevalecer a cooperação e a solidariedade sobre as relações de força ou de competição. Ela exige a participação de todos na construção de um projeto político para favorecer a integração e a coesão social, dando uma nova dimensão à aspiração à democracia.<sup>11</sup>

#### Como se visibiliza a cultura de paz?

Uma das questões que se apresentam a nós é a da visibilização da cultura de paz. Como posso dizer que tal sociedade ou tal nação vive um processo de cultura de paz? É a questão crucial dos indicadores sociais.

Algumas tentativas de resposta já foram dadas a esta pergunta. Uma das mais conhecidas é aquela do Manifesto 2000, um texto redigido por laureados do Nobel da Paz que, por ocasião do ano 2000 foi largamente difundido, não como uma reivindicação às autoridades, mas como um apelo aos cidadãos e cidadãs do mundo. Neste documento, a cultura de paz se expressa por seis atitudes fundamentais a serem assumidas pelas pessoas: o respeito à vida e à dignidade de cada pessoa, sem discriminação e preconceitos; a prática da não-violência ativa junto com a recusa a todas as formas de violência; a partilha do tempo e dos recursos materiais como forma de terminar a exclusão, a injustiça e a opressão; a defesa da liberdade de expressão e da diversidade cultural, com centralidade no diálogo; a promoção de um consumo responsável; e a contribuição para o desenvolvimento de cada comunidade, aí compreendida a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos.

A Declaração e programa de ação sobre cultura de paz constitui-se um primeiro documento mais denso de reflexão e proposição sobre a temática. Aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 6 de outubro de 1999, recomenda aos governos, organizações internacionais e sociedade civil oito medidas que contribuiriam para a consolidação de uma cultura de paz: a educação; um desenvolvimento econômico e social sustentável; o respeito dos direitos humanos; a igualdade entre mulheres e homens; a participação democrática; a prática da compreensão, a tolerância e a solidariedade; a comunicação participativa e a livre circulação de informação e conhecimentos; e a paz e a segurança internacionais.

## A privatização da noção de paz —a paz como elemento mais interior e individual e menos social e coletivo—, processada nas sociedades ocidentais, impede-nos de perceber as relações entre paz e democracia: uma cultura de paz é fundamentada na prática de relações democráticas.

Também em 1999, por ocasião do centenário da primeira Conferência de Paz de Haia, pacifistas do mundo inteiro reuniram-se neste emblemático local e lançaram o Apelo de Haia para a Paz e a Justiça no Século XXI, um conjunto de cinquenta pontos propositivos, como uma espécie de agenda e plano mundial para a paz. Ali discernem quatro áreas centrais de ação: as causas profundas da guerra e cultura de paz; direitos e instituições internacionais no âmbito do direito humanitário e dos direitos humanos; prevenção, resolução e transformação de conflitos violentos; desarmamento e segurança humana.

Talvez poderíamos, reunindo estas três contribuições, elaborar uma lista de doze indicadores para caracterizar uma cultura de paz. Esta lista poderia incluir elementos mais sociais que individuais, capazes de uma certa visibilidade e mensuração, que cumpram aquela função de mapas sociais assinalada por Boaventura de Souza Campos. Para este autor, os mapas sociais constituem “um campo estruturado de intencionalidades, uma língua franca que permite a conversa sempre inacabada entre a representação do que somos e a orientação que buscamos.”<sup>12</sup>

Entre estes indicadores sociais que, como mapas sociais, apontariam para a efetivação de uma cultura de paz, poderíamos elencar os seguintes:

1. **EDUCAÇÃO PARA A PAZ:** a existência de programas e projetos de educação para a paz, que, como autogeração desta cultura de paz, possibilitem todos os segmentos sociais apropriarem-se deste referencial e exercitar sua efetivação. A educação para a paz, ao mesmo tempo, como introdução à comunidade e à prática pacifista e como espaço argumentativo possibilitador da construção de consensos. Sua extensão (educação formal e não-formal), sua abrangência (grupos e faixas etárias atingidas), sua duração e fase (se ainda projeção ou se já implementação ou mesmo avaliação e reformulação), sua aceitabilidade e difusão no conjunto da sociedade, sua articulação como políticas públicas e como espaços da sociedade civil.

2. **IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES:** se a paz, como a violência, passam por relações de gênero (provavelmente<sup>13</sup>, poderemos encontrar relações entre práticas de violência e práticas patriarcais), a existência de indicadores que apontam novas relações de gênero podem constituir-se também em sinais de cultura de paz, tais como a participação das mulheres nos âmbitos social, político, econômico, religioso, cultural, etc..

3. **TOLERÂNCIA E SOLIDARIEDADE:** se a paz não é apenas ausência de guerra ou de violência, é importante considerar elementos propriamente positivos tais como a tolerância e a solidariedade, incluindo seja a existência de práticas e valores, como, por exemplo, a liberdade religiosa, o voluntariado e a cooperação; como também a extensão e validade de preconceitos e estereótipos.

4. **PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA:** a privatização da noção de paz —a paz como elemento mais interior e individual e menos social e coletivo—, processada nas sociedades ocidentais, impede-nos de perceber as relações entre paz e democracia: uma cultura de paz é fundamentada na prática de relações democráticas, que vai desde o voto e passa pela existência, acesso e participação de outros modelos e mecanismos, como conselhos nos mais diversos níveis, referendos, plebiscitos e outras ações de intervenção em nível público.

5. **CURSOLIVREDEINFORMAÇÕES:** a liberdade de expressão e de comunicação é, ao mesmo tempo, sinal e condicionante de uma cultura de paz. Na cultura de guerra e de violências, as informações são guardadas, manipuladas e servem de base para as estratégias e táticas; na cultura de paz, elas são apresentadas transparentemente, de forma que todos possam ter livre acesso a elas.

6. **DIREITOS HUMANOS:** alguém já afirmou que a paz nada é sem os direitos humanos. De fato, enquanto os direitos humanos não forem respeitados, não haverá paz verdadeira e a possibilidade de convulsões sociais, conflitos estruturais ou enfrentamentos armados permanecerá aberta. Por outro lado, as violências e as guerras manifestam um absoluto desprezo pelos direitos humanos: quando os fins justificam os meios, a dignidade humana como fim em si mesmo já não é mais levada em conta. São eles, conforme afirmou a Declaração Universal de 1948, o fundamento da justiça e da paz. A paz não é algo abstrato ou estático, mas constitui-se em um processo estritamente vinculado à categoria de direitos humanos, os quais fornecem padrões, mecanismos e instituições capazes de assegurar um sistema justo de relações, seja em âmbito local, nacional e internacional.

7. **DESARMAMENTO E SEGURANÇA HUMANA:** trata-se da presença e implementação de políticas públicas que contribuem para uma sociedade com menos armas em circulação, com menos investimentos em gastos militares e



**A questão cultural tem se tornado hoje, em nossas sociedades pós-modernas, uma dos espaços de manifestações de violência. Especialmente em sociedades como as latino-americanas, dois grupos merecem ser considerados especialmente como indicadores de cultura de paz: os povos indígenas e os afro-descendentes.**

com a preocupação efetiva na promoção humana, invertendo a cruel desproporção atualmente existente de dois mil dólares gastos em armas para cada dólar investido na promoção social.

8. RESOLUÇÃO NÃO-VIOLENTA DE CONFLITOS: embora os conflitos sejam constitutivos das relações humanas, sua resolução pode ser efetivada através de meios e instrumentais não-violentos; aqui, os indicadores iriam na linha da presença de programas de capacitação da resolução não-violenta de conflitos em escolas e outras instituições, e da existência de mediadores preparados para atuarem em casos extremos de conflitos, como, por exemplo, uma rebelião em presídio.

9. PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL: A questão cultural tem se tornado hoje, em nossas sociedades pós-modernas, uma dos espaços de manifestações de violência. Especialmente em sociedades como as latino-americanas, dois grupos merecem ser considerados especialmente como indicadores de cultura de paz: os povos indígenas e os afro-descendentes —sua inclusão na sociedade e o atendimento de suas justas necessidades e reivindicações constituem-se em indicadores inequívocos de uma cultura de paz.

10. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: são critérios mais facilmente identificáveis tais como preservação da biodiversidade, redução da poluição, implementação de modelos de desenvolvimento e existência de sociedade menos consumistas e mais responsáveis ambientalmente.

11. DESMILITARIZAÇÃO: aqui incluem-se elementos que vão desde a limitação de brinquedos de guerra até a su-

pressão da obrigatoriedade do serviço militar e a redução do orçamento militar, passando pela reformulação de nomes de ruas —geralmente General Fulano de Tal— e de outras práticas culturais militaristas e violentas, constituindo outros referenciais simbólicos que não apenas os militaristas.

12. PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS: trata-se da participação e contribuição de um determinado grupo social para a construção de uma ordem mundial de paz, o que pode ser avaliado pela adesão aos tratados internacionais de paz, a contribuição dada para a resolução de conflitos internacionais, a aderência a programas humanitários internacionais e outros.

A discussão sobre os indicadores —se estes ou se outros— permanece em aberto. É imprescindível que a sociedade leve para frente este debate como condição inequívoca da efetivação de uma cultura de paz. Só poderemos avançar nesta direção quando estabelecermos os elementos que nos possibilitem detectar os processos sociais de uma cultura de paz, a exemplo de outros processos sociais, como, por exemplo, os indicadores de desenvolvimento humano, possibilitando a implementação e a consequente avaliação de políticas públicas de cultura de paz.

### Um caminho a percorrer

À guisa de conclusão, indico três caminhos que reputo importantes serem trilhados, para que avancemos na concretização de uma cultura —ou melhor, de culturas— de paz.

Primeiro, um esforço decisivo na desconstrução da cultura da violência, na linha daquilo que o filósofo alemão Theodor Adorno apontava como solução para evitar a repetição de barbáries como a de Auschwitz: “ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria”.<sup>14</sup> Em seu pequeno texto, “Educação após Auschwitz”, este autor investiga os fatores que levaram à emergência de barbáries como a do famigerado campo de concentração; constatando que a brutalidade de hábitos como os trotes de qualquer tipo, constituíram-se como precursores da violência nazista.

Para Adorno, estas práticas, socialmente aceitas, apresentam-se como manifestação do que chama caráter manipulador ou consciência coisificada. O caminho apontado para atuar contrariamente à repetição de Auschwitz consiste no que ele chama de esclarecimento geral, isto é, uma certa clareza social do modo de constituição do caráter manipulador. Esta reflexão de Adorno pode ser aplicada, *mutatis mutandis*, na transformação de cultura de violência em culturas de paz pelo caminho do esclarecimento geral, da frieza tomar consciência de sua própria frieza, da violência assumir sua própria violência.

Marilena Chauí, num artigo publicado na Folha de São Paulo em 1999, tinha chamado a atenção para a forma como a temática da violência vinha sendo tratada, especialmente para aquilo que ela chamava de “um

## A construção de uma cultura de paz implica também a constituição de um consenso social em torno de um projeto pacifista: quais são as características desta sociedade de paz que almejamos, em seus mais diversos níveis (político, econômico, social, cultural, etc.)?

dispositivo de exclusão, isto é, a distinção entre um “nós não-violentos”, “eles” sendo todos aqueles que, “atrasados” e deserdados, empregam a força contra a propriedade e a vida de “nós não-violentos”.<sup>15</sup> Se é impossível traçar esta linha divisória que separa violentos e não-violentos, é porque a violência, de certa maneira, é sustentada por um conjunto de práticas, valores, costumes socialmente aceitos.

Para isso, faz-se necessário e urgente uma profunda autocrítica cultural, tanto na linha da desmistificação dos mecanismos perpetuadores da violência como na linha da superação da tradição bélica e militarista, desde a linguagem, passando por costumes como a palmada pedagógica até a revisão de instituições, como o serviço militar obrigatório.

Em segundo lugar, a construção de uma cultura de paz implica também a constituição de um consenso social em torno de um projeto pacifista: quais são as características desta sociedade de paz que almejamos, em seus mais diversos níveis (político, econômico, social, cultural, etc.)?

Geralmente quando fazemos referência a paz, permanecemos no nível das intrasubjetividades, a paz como elemento interior e individual. Sem negar este nível, a construção de culturas de paz pede sua ultrapassagem, para pensar a paz no campo de políticas públicas. Se a conhecida parábola do beija-flor que, fazendo sua parte, tenta apagar um incêndio numa floresta —tantas vezes contada em cursos de cultura e educação para a paz— possui sua dimensão de verdade ao chamar para a responsabilidade pessoal, no entanto, pode parecer insuficiente, uma vez que não basta apenas cada um fazer sua parte para gerarmos uma cultura de paz.

Para tanto, faz-se necessário um esforço coletivo, como tão bem Habermas expressou: “O que nós necessitamos é de um pouco mais de práticas solidárias; sem isso, o próprio agir inteligente permanece sem consistência e sem conseqüências. No entanto, tais práticas necessitam

de instituições racionais, de regras e formas de comunicação, que não sobrecarreguem moralmente os cidadãos e sim, elevem em pequenas doses a virtude de se orientar pelo bem comum”.<sup>16</sup>

Por fim, como alertou o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, além de mapas sociais, isto é, de projetos coletivos de cultura de paz que possibilitam e criam novos paradigmas, faz-se necessário pensar a questão das novas subjetividades, pois “de nada valeria desenhar mapas se não houvesse viajantes a percorrer”.<sup>17</sup> Especialmente, na América Latina, este desafio se apresenta como fortalecimento do movimento social para a paz. Ainda não temos um movimento pacifista articulado, nem a presença de uma massa crítica capacitada para produzir argumentação sobre a temática, além da desconfiança do próprio movimento social em relação às questões tratadas e a falta de conhecimento científico para uma cultura de paz.

O desafio é a formação de núcleos, centros de pesquisa, grupos de articulação que possam traduzir em questões concretas e propostas de ação o ideário de bem contido na noção de uma cultura para a paz. **SV**

Marcelo Irineu Rezende Guimarães é doutor em Educação (UFRGS, 2003) com a tese “A educação para a paz na crise da metafísica: sentidos, tensões e dilemas”. Fundador da ONG Educadores para a Paz e co-coordenador do Núcleo de Estudos de Paz da PUCRS. Membro do Conselho Editorial do “Journal of Peace Education”, é autor dos livros *Educação para a paz: sentidos e desafios* (Educs), *Cidadãos do presente: crianças e jovens na luta pela paz* (Saraiva), *Um novo mundo é possível* (Sinal), *Aprender a educar para a paz* (CLAI/Rede da Paz) e de vários artigos sobre a temática de cultura e educação para a paz. É monge beneditino e prior do Mosteiro da Anunciação do Senhor, Goiás/GO.

#### Referências

- 1 Através da resolução 52/125, de 20 de novembro de 1997.
- 2 Através da resolução 53/25, de 10 de novembro de 1998.
- 3 KANT, Immanuel. *À paz perpétua* Porto Alegre: L&PM, 1989, p. 40-41.
- 4 Idem, *ibidem*, p. 277.
- 5 Idem, *ibidem*, p. 29.
- 6 MANIFESTO DE SEVILHA. Buenos Aires: Asociación Respuesta para la Paz, 2001.
- 7 HAALVERLSRUD, Magnus. “Epilogue: three ways of exploring peace content”. In: *REPORT OF THE INTERNATIONAL PEACE EDUCATION CONFERENCE OF GENEVE*. Genève: International Peace Bureau; UNESCO; Hague Appeal for Peace, 2000, p. 96-97.
- 8 HAALVERLSRUD, op. cit., p. 98.
- 9 BOULDING, Elise. *Cultures of peace: the hidden side of history* New York: Syracuse University, 2000, p. 28.



- 10 BOULDING, Elise. *Building a global civic culture: education for an interdependent world* New York: Syracuse University, 1990, p. 35-55.
- 11 DENIS, Arielle. *Mondialiser la paix* Paris: La Dispute, 2000, p. 263.
- 12 SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* Paulo: Cortez, 2000, p. 224.
- 13 Digo provavelmente, porque a afirmação que se segue necessita de uma argumentação mais sólida, que não é o objetivo do presente trabalho.
- 14 ADORNO, Theodor. “Educação após Auschwitz”. In: \_\_\_\_\_. *Educação e emancipação* 2.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000, p. 136.
- 15 CHAUI, Marilena. “Uma ideologia perversa”. *Folha de São Paulo* São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3.
- 16 HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, p. 94.
- 17 SANTOS, Boaventura de Souza, op. cit., p. 224.